

dado problema, e eu, com um barquinho de 23 pés, consegui tirar ele, a família e os amigos todos de lá.

Mas estou dizendo isso: veja bem, eu fui julgado no Supremo, e um desembargador na época, Dr. Álvaro Lazzarini, como ele foi meu professor na Academia do Barro Branco ele se alegou suspeito, ele não participou do julgamento, só porque ele foi professor meu na Academia.

Fui absolvido por unanimidade, tudo bem, mas é o que eu estou falando, pode o ministro Barroso chamar o Bolsonaro de inimigo, se ele vai ser juiz no Tribunal Superior Eleitoral?

É uma pergunta deste deputado para V. Exa., que é professora de direito, sei lá se pode ou não, não sei. É um negócio do outro mundo o que está acontecendo, então ficam aí as minhas colocações.

Volto novamente para São Paulo, vou continuar cobrando aqui de uma pesquisa que vi, colocações da Polícia Militar de São Paulo, de que 87% dos policiais em quem eles colocaram a câmera, o policial não é mais violento.

Ai eu pergunto, o povo quer um policial que o defenda dos bandidos ou quer um policial quietinho, paradinho, para não se envolver em ocorrência e nem ir para a cadeia? Qual é a função do policial?

E vou cobrar aqui, sim, de Rodrigo Garcia. Vou cobrar do Rodrigo Garcia. Vou cobrar. Ele é governador, a nossa obrigação é cobrar. Ele vai manter essas câmeras? Ele vai manter a estrutura da Segurança Pública? Vai deixar o povo à mercê dos bandidos?

Porque, Rodrigo Garcia e PSDB, sempre foi assim: ou a polícia caça o bandido ou o bandido caça a população. Não resta a menor dúvida, é assim em qualquer lugar. Ou a polícia tem condição de trabalho ou não tem jeito.

Agora, você coloca uma câmera no peito de um policial, quantas ocorrências na polícia eu peguei em que o cidadão parava a viatura, nobre deputada Janaina Paschoal, e falava: “Olha, tem bandido em tal lugar”, “Tem refém em um cativreiro”, a gente conversa e ia para o cativreiro, montava um esquema para se chegar lá.

Tinha tiroteio, não tinha tiroteio, dependia, mas o cidadão procurava. Agora, qual cidadão, hoje, vai denunciar para a polícia bandidos se o cidadão também será filmado?

E amanhã, nobre deputada, grande professora de direito, Janaina Paschoal, futura senadora de São Paulo, o juiz obriga que a pessoa que denunciou apareça nas imagens, como já aconteceu.

Eu já participei de ocorrência em que o advogado do bandido obrigou a testemunha, que até aí não podia aparecer, aparecesse. E a testemunha foi falar na frente do bandido. Ela estava preservada, só que o advogado brigou, brigou, brigou e conseguiu.

Então eu pergunto, quem, hoje, vai denunciar bandidos para a polícia com o policial com uma câmera no peito. E é o que eu cobro do PSDB e cobro do Rodrigo Garcia, como cobrei de Doria.

Doria está com 1% nas pesquisas e falando em terceira via. Foi lá na Bahia, só estava ele e uma banda de música. Porque alugou a banda lá, só estava ele. Onde nasceu o avô dele. Se onde nasceu o avô dele, ele não está com ninguém, acho que nem a Bia está votando mais nele, não é? A Bia mesmo falou: “Não seja mais candidato, saia disso aí”.

Está em 1% e eu pergunto a Rodrigo Garcia e aos apoiadores do Rodrigo Garcia nesta Casa, do PSDB, vai continuar essa política de Segurança Pública? Ninguém tem coragem de mexer em câmeras ou de fazer o policial proteger a população?

E falo para a população o terror em que estamos. Hoje mesmo um amigo, o Zezinho, cabeleireiro lá na Vila Maria, disse: “Olha, Conte, eu já peguei 20 Ubers essa semana porque estou com um problema e todo mundo fala no Tarcísio, esse candidato é bom, hein?”. Então vejam bem, é o povo que está falando.

E o Tarcísio colocou bem, a polícia do PSDB fez acordo com os bandidos. Quando ele fala polícia não é o policial, o soldado, o investigador, é a cúpula da política que fez acordo.

Fez acordo em 94, quando criou o PCC aqui em São Paulo, e fez em 2006, quando houve os ataques do PCC em São Paulo. E agora foi o grande acordo feito por Doria e Rodrigo Garcia, colocando câmera no peito dos policiais da Rota para que eles não enfrentem o bandido.

E vem a PM e se vangloria. Não estão dando tiro em mais nenhum bandido. Não tem mais entrevero. É lógico que tem entrevero. Eu vou fazer um entrevero, vão me pegar atirando em um bandido, não pegam o bandido atirando em mim e eu vou para a cadeia?

Respondi a centenas de processos. Como é que você explica a um juiz que a minha câmera não pegou o bandido atirando em mim, mas pegou o meu tiro e ele apareceu morto com um tiro meu? Como é que eu explico para o promotor e para o juiz?

É melhor se apresentar ao Romão para cumprir pena, porque se não pegam o bandido atirando em mim, mas me pegam atirando no bandido, qual é a minha defesa? “In dubio pro reo”. Ai não vai ter “in dubio” nunca, né? Tudo é do bandido. O que eu fiz é sempre contra mim. Vai ser tudo usado contra mim.

E usaram, na cara dura, em uma ocorrência em São José dos Campos, em que entregaram a fita de um tiroteio dentro da lei para a Globo fazer uma baita de uma matéria contra os policiais em uma ocorrência.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado.

O SR. RAFAEL SILVA - PSD - Pela ordem, Sra. Presidente. Para um comunicado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Deputado Rafael Silva, a palavra é de Vossa Excelência. É sempre uma honra ter V. Exa. aqui.

O SR. RAFAEL SILVA - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - A alegria é minha, presidente.

Em política, a palavra é muito importante. Alíis, deve ser muito importante ou deveria ser, porque o político não assina uma nota promissória. Ele fala, se compromete, ele trabalha, ele age.

Ali em Cajuru, região de Ribeirão Preto, existe um trevo assassino. Muitas pessoas morreram nesse trevo. Há muitos anos mantenho reuniões na Secretaria de Transportes e com outras autoridades mais do DER e daí por diante.

Recentemente, morreram duas pessoas: uma criança e um cidadão, um rapaz, pai dessa criança. Esse rapaz é filho do ex-deputado Marcelino Romano Machado, deputado federal que foi deputado estadual por muito tempo também. O netinho do Marcelino também morreu.

Então, muitos trabalhos, reuniões e conseguimos uma aprovação para se fazer aquele trevo, uma aprovação depois de muito tempo, depois de muita gente morrer. Agora, surge de paraquedas, e deve ser um paraquedas grande, porque o sujeito é meio forte, o Arnaldo Jardim. Eu não quero citar nome, não, então só vou falar as iniciais: deputado federal Arnaldo Jardim, que foi deputado estadual. Só as iniciais do nome dele.

Ai ele faz reuniões com um tal de Caram. Esqueci o primeiro nome, esqueci mesmo o primeiro nome. Um tal de Caram. Ai não sei se o Arnaldo Jardim desceu de paraquedas, ele gosta disso, sempre gostou, e aí, não sei por que motivo, alguns elementos do governo... “Não, porque o Arnaldo Jardim...”

Para com isso, gente, vamos ter dignidade. Na política, se você não tiver dignidade, você vai sucumbir. O povo começa a saber das coisas. Paraquedista, pelo amor de Deus! Pessoal do governo, vergonha na cara não custa nada, não, mas não se vende em prateleira de supermercado.

Então, é melhor que vocês se comportem, porque senão vou agir de outras formas também, viu? Então, é bom se comportar. É bom, é bom. E lá era coisa séria. Morreram muitas pes-

soas. De repente, aparece alguém mentindo para a população e outro tirando proveito dessa situação. Não!

Rafael Silva, jovem Rafael Silva, jovem. Essa juventude minha de muito tempo me deu uma condição de não engolir sapo. Não vou. Então, deputado, trabalhe bastante. Vocês têm muito dinheiro, têm muito poder. Trabalhe bastante, faça a sua política, mas, por favor, respeite os limites.

O recado foi dado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Só um minutinho, deputado. Eu gostaria, com relação à fala do deputado Rafael Silva, de externar a minha solidariedade à família que perdeu seus entes queridos e dizer, deputado Rafael, que venho recebendo muitos relatos de atropelamentos em várias cidades do estado de São Paulo. Jarinu, por exemplo, Amparo.

E quando nós entramos em contato com a Secretaria - cumprimento V. Exa. por esse importante trabalho. Em regra, são obras - eu não quero ofender ninguém -, mas são obras de maquiagem, de embelezamento, colocação de placas. Nunca obras efetivas para evitar essas mortes que são plenamente evitáveis.

Então fico aqui solidária a V. Exa., solidária a essas muitas famílias que vêm perdendo seus entes queridos atropelados no estado mais rico da Federação e com um Orçamento bilionário que foi autorizado por esta Casa.

Peço aqui sensibilidade para que as obras deixem de ser obras de maquiagem, obras de embelezamento, e passem a ser obras efetivas. Cumprimento V. Exa. pela fala. Deputado Giannazi, a palavra é de V. Exa. para uma comunicação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sra. Presidente, para uma comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputado Conte.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Só os meus pésames à família do Marcelino Romano Machado, que foi deputado comigo aqui nesta Casa. Obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o deputado Gilmaci Santos acabou de fazer uma comunicação aqui. Utilizou a tribuna para dizer que o partido dele, o Partido Republicanos, não é mais base de sustentação do governo.

Uma notícia importante, deputado Conte Lopes, porque para nós o governo Doria/Rodrigo Garcia tem obstruído a aprovação do nosso PDL 22/20, que acaba com o confisco dos aposentados e pensionistas, que na prática revoga o Decreto nº 650, de 2021, que foi publicado no auge da pandemia, em meados do ano de 2020, confiscando os proventos e as aposentadorias de milhares e milhares de pessoas do estado que ganham abaixo do teto do INSS.

Penalizando pessoas sobretudo da terceira idade, que já tinham sido penalizadas por conta da falta de paridade, da falta de reajuste salarial e depois foram penalizadas ainda mais com o desconto do lamspe. Foram penalizadas com o fim da isenção no transporte público, no Metrô, na CPTM, nos ônibus da EMTU, e aqui, em São Paulo, na capital, também pelos ônibus no transporte público com a gestão do PSDB.

Foram vários ataques ao pessoal da terceira idade, mas esse foi o mais profundo ataque já feito em toda a história dos aposentados e pensionistas do estado de São Paulo. E logo que esse decreto foi publicado, imediatamente eu apresentei o PDL 22. Foi publicado logo em seguida, nos primeiros dias.

Ele tramitou e ele foi aprovado em todas as comissões pertinentes, no congresso de comissões com parecer favorável e ele veio ao plenário no dia 16 de dezembro de 2020. Ele seria aprovado não fosse a obstrução do governo através de uma emenda de plenário, que retirou o projeto da votação no dia 16.

Ou seja, então esclarecer às pessoas que não acompanharam, não entendem a tramitação do projeto, do PDL 22. Ele já está aprovado em regime de urgência no congresso de comissões, ou seja, em todas as comissões; ele já entrou em plenário.

Eu já tinha feito essa reivindicação e nós conseguimos, graças à mobilização dos aposentados e pensionistas. O projeto veio ao plenário, repito, no dia 16 de dezembro de 2020.

A emenda de plenário virou, retirou na hora crucial da votação o projeto. Foi um golpe regimental aqui do líder do Governo na época, o deputado Carlão Pignatari, hoje o presidente aqui da Assembleia Legislativa.

O projeto foi retirado e a emenda começou a tramitar pelas comissões. Demorou um tempão para ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça porque tinha obstrução lá do PSDB, logicamente, do governo.

Foi aprovada na segunda, de Administração Pública - lá ela foi rápida e - agora ela está na Comissão de Finanças, que é a última comissão, que tem que liberar a emenda para que o PDL volte aqui ao plenário da Assembleia Legislativa, de onde ele nunca deveria ter saído.

Acontece que há uma obstrução agora na Comissão de Finanças, porque o governo está certamente controlando a comissão, porque o deputado Gilmaci Santos, que é o presidente dessa comissão, já tinha colocado como primeiro item da pauta assim que as comissões voltaram a funcionar, deputado Conte Lopes.

Porém era o primeiro item da pauta, não porque ele estava fazendo um favor, porque está em urgência. Quando está em urgência é o primeiro item da pauta. E na reunião posterior, nessa daí não deu quórum, houve o esvaziamento do quórum, na outra reunião ela já foi retirada.

Estranhamente o deputado Gilmar Santos retirou e não colocou mais, não teve mais reunião, me parece, da Comissão de Constituição e Justiça - ela estava, me parece, que esvaziada, por enquanto, hoje, terça-feira era um dia de comissão, não há Comissão hoje de Finanças, desculpa.

Enfim, o fato é que para que o PDL volte ao plenário, há a necessidade urgente da liberação dessa emenda, que nem é o PDL, a emenda ao PDL tem que ser aprovada na Comissão de Finanças.

E só tem uma saída, é o deputado Gilmaci Santos colocar em votação. Não adianta, ele diz: “Ah, mas o Giannazi tem que pedir um congresso de comissões”. Não há mais congresso de comissões.

Só há Comissão de Finanças agora, porque ela já passou pelas outras duas comissões com pareceres favoráveis. Então só tem essa comissão, não cabe mais nem congresso de comissões.

Então hoje ela está na Comissão, essa emenda, na Comissão de Finanças e é lá que ela tem que ser aprovada para que o PDL, daí sim, fique liberado. Daí ele vem para o plenário, até porque ele já está em urgência, deputado Conte Lopes. Nem precisa aprovar mais regime de urgência para o PDL 22, porque ele já está em urgência. Então não há necessidade.

Então fica aqui o nosso pedido, nosso apelo, agora que o partido do Gilmaci Santos não é mais base do governo, agora que o partido não serve mais às maldades, aos ataques do governo estadual, do governo Doria/Rossieli, que ele libere o projeto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PTC - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pois não, deputada.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PTC - Sra. Presidente, para falar pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Vossa Excelência tem a palavra pelo prazo regimental de cinco minutos.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PTC - PELO ART. 82 - Boa tarde a todos, a todas, aos nossos profissionais da Segurança Pública presentes aqui, a todos os nossos assessores; Sra. Presidente, deputado Conte Lopes e todos os meus amigos parlamentares.

Eu venho mais uma vez a esta tribuna hoje para falar e ressaltar mais uma vez a importância da nossa PEC 06, que refaz a injustiça que os nossos policiais militares e civis sofreram e sofrem todos os dias com as demissões injustas, mesmo quando são absolvidos na esfera criminal, na esfera cível, e onde a nossa Constituição diz claramente que se absolvido nessas duas esferas não podem ser demitidos e nem expulsos das instituições. E não é isso que tem acontecido.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo, principalmente através da Via Rápida, deputado Conte Lopes, tem mandado embora das fileiras não só das instituições, mas da sociedade como agente de segurança, homens e mulheres que juraram proteger vidas com os sacrifícios de suas próprias vidas.

Por motivos banais não tem respeitado a Constituição, e é por isso que a PEC 06 vem cessar esse tipo de demissão e de expulsão injusta, e também retratar, refazer todas as injustiças que esses homens e mulheres sofreram quando foram demitidos, quando ganharam o famoso X nas costas, quando perderam suas dignidades, apesar de nunca terem sido indignos.

Então a PEC 06, que tramita nesta Casa, nós precisamos pautá-la para que seja, sim, refeita, cessada, e por uma questão de justiça que os nossos profissionais de segurança pública sejam reintegrados. Já passou da hora. É uma PEC que já passou pela CCJ aqui da Casa, já foi aprovada, está para a Ordem do Dia.

Então nós, deputados que defendemos a verdade, a justiça, nós, deputados que não queremos que o Estado use esses homens e mulheres e depois descartem como lixo, como números, está na hora de cobrarmos, de efetivamente colocarmos em pauta essa PEC e aprovarmos, e refazer, sim, e trazer de volta a honradez, a esperança de dias melhores, e esses profissionais de Segurança para o lugar de onde nunca eles deveriam ter sido tirados e retirados.

São profissionais que deram anos e anos de suas vidas, profissionais que estão na bica de aposentar, 28, 29 anos, e são demitidos, justamente porque o governo os vê como um peso para a Previdência Social, para a SPPrev. Está na hora de dar um basta, está nas nossas mãos esse dever e esse compromisso como seres humanos.

Eu, como uma esposa de um policial militar, como uma representante eleita pela família da Segurança Pública, não posso deixar de vir aqui e alertar os meus colegas da importância de colocarmos, pautarmos e votarmos favoravelmente a essa PEC.

Muito obrigada. PEC 06 já, por uma questão de justiça.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Obrigada, Sra. Deputada, que conta com o meu apoio na pauta.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Com relação à PEC colocada pela nobre deputada Adriana Borgo, sempre defendendo a Polícia Militar, é bom colocar que esse artigo eu coloquei na Constituição de 89, quando deputado aqui em 89, que o policial militar, mesmo que fosse demitido e viesse a ser absolvido pela Justiça, que ele voltasse à polícia.

Infelizmente, mais um problema para V. Exa., criaram que se o policial for absolvido por falta de provas ele não pode voltar. O Estado criou, a polícia criou, não sei quem.

Quer dizer, a pessoa inocente tem que provar que é inocente. Não conseguiram provar que ela cometeu um crime, ou que, em um enfrentamento com o bandido, ela agiu certo, então simplesmente usam isso. Como ele foi absolvido por falta de provas, coisa assim, eles não reassumem o policial.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PTC - Obrigada, deputado. Sra. Presidente, havendo acordo entre lideranças, eu peço o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - É regimental. Havendo acordo entre lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 57 minutos.

* * *

13 DE ABRIL DE 2022 20ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - FREDERICO D'ÁVILA Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - FREDERICO D'ÁVILA Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - GIL DINIZ Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - FREDERICO D'ÁVILA Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - LETICIA AGUIAR Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
11 - CARLOS GIANNAZI Pelo art. 82, faz pronunciamento.
12 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
13 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL Anota o pedido. Anuncia a presença do ex-deputado federal Ricardo Tripoli. Deseja Feliz Páscoa a todos. Defere o pedido do deputado Carlos Giannazi. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 18/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE
* * *
A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Imediatamente dou por aberto o Pequeno Expediente e início a leitura da lista dos oradores inscritos chamando à tribuna o nobre deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.)
Deputado Adalberto Freitas. Não fará uso da palavra. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo

Balas. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. Sigo na Presidência, não farei uso da palavra.

Deputado Frederico d'Ávila. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. FREDERICO D'ÁVILA - PL - Sra. Presidente professora Janaina Paschoal, prezados colegas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queria, na data de hoje, registrar uma notícia escandalosa que eu vi esta semana, sob o ponto de vista de quem preferiu a palavra.

Nós vimos um evento realizado nos Estados Unidos, onde estavam presentes um ministro do Supremo Tribunal Federal, uma deputada federal e demais representantes da sociedade brasileira, inclusive um grande empresário do setor de alimentos e bebidas, que muito estranhamente disse, com todas as palavras, que em 2023 nós teremos um novo presidente da República.

É interessante porque, se ele está dizendo isso - um dos homens mais ricos do mundo está dizendo isso -, só se ele sabe já o resultado da eleição, se ele tem algum dom de premonição ou se conhece algum esquema existente de fraude de resultados ou de compra de resultados. Como é que pode, seis meses antes da eleição, pouco menos de seis, a pessoa profetizar o resultado da eleição? Não é uma pessoa que você encontrou na rua, sem nenhum embasamento. É um dos homens mais ricos do mundo.

Acompanhando o discurso desse famigerado empresário, nós vimos lá a deputada Tabata Amaral, do PSB, Partido Socialista Brasileiro, que também antes fez parte do PDT, que é o partido do Leonel Brizola.

Ou seja, ela sempre esteve no campo político, no espectro político da esquerdinha do bem, ou seja, esquerda limpinha, toma banho, cheirosinha, com cara de direita, mas é de esquerda.

Ela estava dizendo que aqui, no governo do presidente Bolsonaro, eles têm muito medo do governo, que a população está passando como se fosse por uma repressão. Eu desconheço essa repressão. Final de contas, a coisa que nós mais vemos o presidente Bolsonaro lutar é pela liberdade individual das pessoas.

Quem causa medo aqui no Brasil, sem dúvida nenhuma, não é o Poder Executivo Federal, e sim o Poder Legislativo, o Poder Legislativo não, o Poder Judiciário, principalmente federal, e os governos estaduais, que causaram um verdadeiro estado policial, um terrorismo durante a pandemia, enclausurando as pessoas dentro de casa e deixando-as sem qualquer alternativa, tanto de trabalho quanto de locomoção e quanto ao desempenho das liberdades individuais.

Conseqüentemente, essas pessoas vão lá fora para falar mal do Brasil, para falar mal do País, para falar mal da sua terra, do seu povo.

Discordar do governo é direito de todos, mas mentir, falar mal do governo, falar mal do Brasil, falar mal do povo, falar mal dos seus concidadãos e da sua nação, eu não acho que tenha nenhum conteúdo produtor para o nosso Brasil.

Ainda mais advindo de um juiz da Suprema Corte, de uma deputada federal do estado mais rico e mais populoso da nação e de um empresário que é um dos homens mais ricos do mundo e que tem, aqui no Brasil, a grande fonte das suas riquezas, daquilo que ele construiu foi feito aqui no Brasil.

Então como pode a pessoa ir lá fora, em um evento internacional, para falar mal do seu país? E ainda profetizar resultado eleitoral. Então fica aqui o meu registro.

Aproveitando para finalizar, Sra. Presidente, eu queria cumprimentar aqui o vereador Fred Moraes, de Sertãozinho, que está aqui conosco. O Luís Francís, presidente da Câmara Municipal de Pitangueiras, Marcia Rozolin e Jorge Salomão, vereadores de Dumont, que nos visitam aqui hoje. Agradeço a visita, em breve estaremos no gabinete. Nosso gabinete sempre permanece à disposição dos pequenos e médios municípios do estado de São Paulo e do nosso agro.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PRTB - Nós agradecemos, Sr. Deputado. Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, quero aqui da tribuna da Assembleia Legislativa manifestar o nosso total apoio à greve e à luta do Magistério municipal da cidade de Amparo, que luta pelo cumprimento do piso nacional salarial, como determina a Lei Federal 11.738, aprovada em 2008, que instituiu no Brasil uma conquista histórica do Magistério nacional, do Magistério público: um piso nacional salarial, que deve ser pago por todos os entes federativos, todos os municípios e estados na área da Educação básica, na Educação pública.

É isso que determina a lei e o município de Amparo não está pagando o piso nacional salarial para os seus professores e para suas professoras, ou seja, para o Magistério municipal.

Quero lembrar que alguns prefeitos não pagam, não são todos, porque muitos municípios, inclusive daquela região, menores, estão pagando o piso nacional salarial, que hoje ainda é baixo, de apenas 3.845 reais por 40 horas semanais. É uma jornada muito extensa e o valor é baixo, muitos municípios da região de Amparo estão pagando, mas o município de Amparo não está pagando.

Alguns prefeitos dizem que não pagam porque não têm condições financeiras. Olhem, a lei federal, a lei que eu citei, a lei do piso nacional salarial, que também tem dentro dela a jornada do piso, que estabelece que um terço dessa jornada que tem que ser feita fora da sala de aula para a realização da preparação das aulas, das avaliações, das correções das avaliações, das reuniões pedagógicas.

Essa lei também, em seu Art. 4º, §1º, diz que a União, através do MEC, do Ministério da Educação, é obrigada a suplementar, do ponto de vista orçamentário, o município que não tenha essas condições.

O município tem que requerer. Inclusive, o §1º diz exatamente isso: que o município tem que requisitar a suplementação orçamentária para o Ministério da Educação. É isso que o prefeito tem que fazer, e não criticar e atacar os professores, atacar o Magistério, que luta por melhores salários, por uma melhor condição funcional e por melhores condições de trabalho.

Então, eu queria repudiar veementemente a atitude do prefeito de Amparo, que recorreu à Justiça e incrivelmente conseguiu uma liminar colocando um limite à greve, dizendo que só 30% do Magistério pode fazer greve.

Eu acho um absurdo, discordo totalmente dessa liminar e dessa atitude do prefeito de jogar o Judiciário contra as professoras e os professores da cidade de Amparo. Isso é um absurdo.

Como os prefeitos são covardes, recorrem à Justiça contra os servidores que estão lá na ponta atendendo a população na área da Educação, na área da Saúde, na área da Segurança. Jogar o Judiciário contra o Magistério, contra professoras que estão lecionando na educação infantil e no ensino fundamental é um ato de covardia de qualquer prefeito.

Infelizmente, o prefeito de Amparo não está só, porque o de Piracicaba fez o mesmo. Tem vários prefeitos utilizando o Judiciário, transformando, muitas vezes pensando que o Judiciário é um puxadinho das prefeituras. É um absurdo, gente.

Então, quero repudiar essa ação que considero covarde do prefeito, de jogar o Judiciário contra a greve, que é um direito garantido pela Constituição Federal. Mais uma vez, manifesto o nosso total apoio à greve, ao movimento das professoras e